



<https://doi.org/10.51880/ho.v27i01.1436>



“Foi tudo difícil viu, difícil e perigoso”: memória, trauma e esquecimento de um preso político da Operação Mesopotâmia (1971), em Porto Franco (MA)

Wellisson Rafael Barros Silva*

ORCID iD 0000-0002-7344-1494

Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Imperatriz, Brasil

Rogério de Carvalho Veras*

ORCID iD 0000-0001-8821-8001

Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Imperatriz, Brasil

Resumo: A Operação Mesopotâmia foi uma ação do Exército brasileiro realizada nas fronteiras entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, na primeira quinzena do mês de agosto de 1971. A Operação tinha como objetivo levantar informações e reprimir movimentos sociais e partidos políticos oposicionistas da Ditadura civil-militar que se organizaram na região. Objetivamos compreender como ocorreram os processos de esquecimento e silenciamento por quem foi vitimado por essa ação. Servindo-nos dos recursos da História Oral, trazemos para análise uma entrevista com o camponês Messias Chaves, um dos presos políticos da Operação, dialogando teoricamente com os estudos sobre memórias traumáticas e do testemunho. Compreendemos, a partir deste caso, que o silenciamento sobre a Operação, bem como o seu rompimento, estão relacionados aos distintos contextos políticos após a redemocratização.

Palavras-chave: Memórias traumáticas. Silenciamento. Esquecimento. Ditadura civil-militar.

“It was all difficult, you see, difficult and dangerous”: memory, trauma and forgetfulness of a political prisoner of Operação Mesopotâmia (1971), in Porto Franco (MA)

* Mestre em Sociologia pelas Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sob orientação do Prof. Dr. Rogério de Carvalho Veras. E-mail: wellisson.rafael@discente.ufma.br.

* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), professor adjunto da UFMA. E-mail: rogerio.veras@ufma.br.

Abstract: *Operação Mesopotâmia* was an action by the Brazilian Army carried out on the borders between the States of Pará, Maranhão and Tocantins, in the first half of August 1971. The Operation aimed to gather information and repress social movements and political parties opposing the Civil-Military Dictatorship, that had organized in the region. We aim to understand how the processes of forgetting and silencing occurred for those who were victimized by this Operation. Using Oral History resources, we bring to analysis an interview with the peasant Messias Chaves, one of the Operation's political prisoners, theoretically dialoguing with studies on traumatic memories and testimony. We understand, from this case, that the silence about the Operation, as well as its rupture, are related to the different political contexts after redemocratization.

Keywords: Traumatic memories. Silencing. Forgetfulness. Civil-Military Dictatorship.

Introdução¹

Sabe-se que a Ditadura Civil-Militar² no Brasil (1964-1985) deixou um lastro sangrento de dor e atrasos sociais, perseguições foram feitas aos opositores, que na clandestinidade ou no exílio, se viram obrigados a abandonar casa e família, ou mesmo foram arrancados pela truculência da força de seus lares. Nesse contexto, buscaremos estudar as razões do esquecimento e do silenciamento das memórias sobre a Operação Mesopotâmia, ação realizada em 1971, pelo Exército brasileiro, na região do Bico do Papagaio, localizada entre os rios Araguaia e Tocantins, nas fronteiras entre os estados do Pará e Tocantins (à época, Goiás), a oeste, e Maranhão, a leste.

A Operação foi realizada na primeira quinzena do mês de agosto de 1971, possuindo como objetivo principal reprimir os movimentos sociais e partidos políticos opositores que se organizaram na região. Essas forças sociais faziam oposição ao governo que havia chegado ao poder com o golpe civil-militar realizado em março de 1964. Desta feita, limitamos a nossa abordagem à cidade de Porto Franco (MA), onde foi realizada a prisão e tortura de militantes políticos ligados à Ação Popular (AP)³ e ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT),⁴ sendo posteriormente feita, como

¹ Essa pesquisa se tornou possível graças à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mediante apoio financeiro aos projetos de pesquisa que contribuiriam significativamente para as discussões apresentadas neste documento. Adicionalmente, este artigo foi elaborado com o suporte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando o Código de Financiamento 001.

² Partiremos do conceito de Ditadura Civil-Militar, do cientista político René Dreifuss (1981).

³ "A Ação Popular é um dos desdobramentos do processo iniciado dentro da JUC nos anos de 1959/60, durante os quais, tomando consciência dos problemas brasileiros, lançou-se às lutas políticas e ideológicas. Apesar de não ser muito forte em número de militantes, a JUC era, assim como o Partido Comunista, a força estudantil melhor organizada". Ver o site do Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Cedic/PUC-SP). Disponível em: http://www4.pucsp.br/cedic/semui/colecoes/acao_popular.html. Acesso em: 12 abr. 2024..

⁴ Partido criado em 1968, teve sua formação a partir de uma dissidência da Ação Popular (AP). Manteve

prática do Exército no período, a conclusão da ação com a Operação Presença, isto é: a exibição dos prisioneiros em praça pública, como estratégia de intimidação e pânico sobre a população.

No âmbito da memória coletiva, vale notar que os registros que constem as narrativas dos militantes que foram encarcerados durante a Operação Mesopotâmia são bastante raros, nos materiais didáticos utilizados nas escolas locais, esse é um assunto que não está presente nos currículos de escolas e universidades. Da mesma forma, a memória coletiva porto-franquina sobre os períodos correspondentes à Ditadura civil-militar (1964-1985) passa por uma escassez de documentos escritos e testemunhos para a compreensão daqueles anos de perseguição e arbitrariedades por parte do Estado brasileiro.

Assim, partimos para a exploração dos recursos da oralidade, procurando por pessoas que conheçam parte de história local ou mesmo que tenham vivido os tempos dos “Anos de Chumbo”. O momento culminante, onde foi possível conseguir informações precisas que pudessem amadurecer os interesses em realizar esta pesquisa, remonta ao ano de 2013, quando foi realizada a primeira audiência da Comissão Nacional (CNV) da Verdade em Porto Franco, a fim de ouvir os familiares e vítimas da Operação Mesopotâmia. Por ser professor na educação básica,⁵ fui convidado por Epaminondas Neto (familiar e atuante na busca dos restos mortais de seu avô, o líder político Epaminondas Gomes de Oliveira) a participar, como ouvinte, das audiências da Comissão.

A Operação Mesopotâmia, objeto de discussão deste trabalho, tem sido alvo de exploração recente, mas já apresenta certa evolução no campo da pesquisa. Destaco o trabalho de Daniel Josef Lerner intitulado “Epaminondas Gomes de Oliveira, desaparecido político brasileiro: estudo de caso” (2018), versando sobre aspectos jurídicos e periciais, que foi uma importante fonte de pesquisa para este trabalho; a obra de Taís Morais “Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira” (2008); e o livro “O coronel rompe o silêncio” (2004), de Luiz Maklouf Carvalho. Ambos destacam aspectos relevantes do desenvolvimento logístico e militar da Operação.

Embora sejam importantes pesquisas, entendemos ainda ser necessário uma pesquisa sobre essa Operação com base na História Oral, e que a partir da memória e da oralidade dos presos políticos e de suas famílias viesse a contribuir com uma dimensão mais viva, afetiva e subjetiva dessa experiência traumática. Nesse sentido, objetivamos,

uma forte ligação com os movimentos das Ligas Camponesas no Maranhão. Após a criação desse grupo, o padre português, Alípio de Freitas, os líderes camponeses Epaminondas Gomes de Oliveira e José Porfírio passam a fazer parte de seus quadros. Ver o verbete da Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Revolucion%C3%A1rio_dos_Trabalhadores_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Revolucion%C3%A1rio_dos_Trabalhadores_(Brasil)). Acesso em: 12 abr. 2024.

⁵ Os atos da pesquisa narrados, ao longo do texto, em primeira pessoa, referem-se a um dos autores, Wellisson Rafael Barros Silva.

neste artigo, privilegiar os depoimentos de pessoas comuns, como o camponês Messias Chaves, a fim de sermos uma escuta para suas versões sobre a Operação, sua prisão, tortura, além de compreendermos melhor seus silêncios, esquecimentos, traumas e sua coragem ao romper os silenciamentos impostos.

O camponês Messias Chaves, de 82 anos, que foi nosso interlocutor neste trabalho, sobreviveu à prisão durante a Operação Mesopotâmia. Nosso contato se deu de maneira bastante minuciosa devido ao seu receio em falar sobre os assuntos correlatos àquele período, em entrevista cedida no dia 11 de maio de 2022, em sua residência. Ele havia apresentado, pela primeira vez, o seu testemunho sobre a prisão e tortura, durante audiência da Comissão Nacional da Verdade realizada em Porto Franco, em 2013, quando esta buscava depoimentos na região.

Entre traumas, silenciamentos e esquecimentos

No campo de pesquisa que busca analisar eventos correlatos às ações que culminaram em prisões, torturas, mortes ou desaparecimentos, durante o período da Ditadura civil-militar brasileira, tem-se utilizado um recurso de grande importância para a compreensão das memórias coletivas e individuais, que são os artifícios do testemunho. Sabe-se que a ideia de testemunho, no qual a confissão sobre uma experiência individual é transmitida a outrem, que não vivenciou a mesma experiência, remete a uma série de áreas do conhecimento.

Para Seligmann-Silva (2000), o testemunho é cabalmente produto de uma contemplação, a testemunha é sempre testemunha de algo individualmente vivido, o que implica dizer que a pessoa que decide testemunhar teve a vivência sobre as condições que se prontifica a dizer. Recorrendo às suas lembranças, seleciona as informações que lhe são coerentes de serem compartilhadas com o interlocutor interessado pela escuta e pela história de vida de um sujeito em específico. Sobre o testemunho de situações traumáticas, o autor expõe uma dificuldade frequente:

Em primeiro lugar porque o sobrevivente vive o sentimento paradoxal da culpa da sobrevivência. A situação radicalmente outra, na qual todos deveriam morrer, constitui sua origem negativa. A indizibilidade do testemunho ganha com este aspecto um peso inaudito. Mas o negacionismo é também perverso, porque toca no sentimento acima referido de irrealidade da situação vivida. (Seligmann-Silva, 2000, p. 75).

Durante uma escuta, é importante observar a postura que o informante adquire, se olha para os lados, pega em objetos, muda de assunto ou mesmo omite informações, esse comportamento contribui para o entendimento do ouvinte acerca do processo de

tecer lembranças na profundidade de suas memórias. Nesse trabalho das memórias, surgem sentimentos que não podem ser controlados pelo sujeito que fala, sentimentos e emoções podem emergir aleatoriamente, como apontam Santos e Araújo (2007, p. 101):

Nesse caso, observa-se a incapacidade de resposta das vítimas, que, ao não serem capazes de compreender experiências vivenciadas e lhes dar significados, tornam-se incapazes de operar com suas memórias de forma seletiva. A memória, portanto, não pode ser reduzida a instrumento político; ela excede as tentativas de controle.

Se, primeiramente, compreendemos o testemunho como um recurso individual, visando produzir informações para que algo vivido não venha a cair em total esquecimento; com o sociólogo francês Maurice Halbwachs entendemos que mesmo sendo o fato narrado um produto de uma experiência individual, a memória sobre o evento vivido é coletiva. Isto é, para esse sociólogo, a memória é sempre coletiva, pois os sujeitos e suas construções de memórias são frutos das interações sociais.

Sobre a possibilidade de construção de uma memória coletiva que vise o não esquecimento dos fatos, Halbwachs (1990, p. 39) afirma que:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

É preciso então, como nos informa o autor acima citado, que essas lembranças sejam analisadas de forma a compreender as relações entre o coletivo e o individual, para que assim tenham o reconhecimento dos membros do grupo, procurando uma coerência dentro da coletividade de indivíduos que formam essa memória coletiva. Nesse caso, podemos entender que a memória é construída por meio de interações sociais, nas quais a memória individual é também resultado desse processo coletivo. Ao observarmos essa situação sobre a Operação Mesopotâmia, dentre os militantes que foram presos e seus familiares, é possível perceber a consonância entre os relatos testemunhais cedidos: a descrição da prisão, o traslado, a tortura da qual foram sujeitos, tudo é descrito de forma bastante coerente.

No caso a que nos propomos a investigar, buscaremos compreender as razões que levaram as pessoas que foram presas, ou seus familiares, a se calarem ou mesmo buscarem um esquecimento sobre a experiência vivida. Observa-se que esse silêncio foi rompido por algumas pessoas durante as audiências da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), uma vez que a conjuntura política era favorável para essa discussão. Uma vez diante da experiência traumática vivenciada tanto pelos presos políticos quanto por

seus familiares, procuramos nos fundamentar em Michel Pollak para compreender essa situação. Sobre as memórias traumáticas e sua irrupção no debate público, o autor nos diz:

[...] este exemplo mostra também a sobrevivência, durante dezenas de anos de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressos [...]. O longo silêncio sobre o passado é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (Pollak, 1989, p. 5).

Por outro lado, devemos considerar que a esse aspecto sociopolítico pode-se somar um outro, de ordem mais subjetiva, o de que o silêncio de parte considerável dos sujeitos, que estiveram direta ou indiretamente ligados a esse período de perseguição e suplício em Porto Franco, funcionaria como um recurso psicológico para amenizar as dores e as memórias traumatizantes que os acompanharam e ainda acompanham ao longo de suas vidas.

Testemunho de um preso político da Operação Mesopotâmia

O camponês Messias Chaves, de 82 anos, foi nosso interlocutor neste trabalho, nosso contato se deu de maneira bastante cuidadosa devido ao seu receio em falar sobre os assuntos correlatos àquele período. Ele apresentou pela primeira vez o seu testemunho sobre a prisão e tortura durante audiência realizada em Porto Franco da Comissão Nacional da Verdade (CNV) na região, isto é, somente em 2013. Como ele mesmo diz, por medo da perseguição ou até mesmo que os tempos de repressão voltassem, achava melhor ficar em silêncio a comentar sobre o período que foi preso, até mesmo com sua família.

Nosso contato ocorreu por intermédio de sua neta, Beatriz Chaves, que foi minha aluna durante o período em que cursou o Ensino Médio. Ela já havia me informado que seu avô tinha traumas da época, e que por muitos anos optou pelo silêncio, não abordava o assunto nem com a esposa, Dona Dinalva. Mas ao informar a ela sobre o depoimento que seu avô deu à CNV, solicitei a ela que conversasse com ele sobre a probabilidade de uma entrevista para esta pesquisa. No primeiro momento ele relutou, pois, por não me conhecer, temia que fosse um agente policial, como está presente ao logo das análises que iremos apresentar a seguir, ou mesmo que fosse um agente infiltrado, buscando novamente reprimir antigos militantes da região.

Durante nossa conversa, realizada em sua casa, e devido a sua idade já avançada e

pouca mobilidade, optei por uma entrevista mais aberta. Ele me confessou que outros pesquisadores já o procuraram para pegar seu depoimento, mas ele sempre se recusava. No entanto, depois de um tempo em negociações, conseguimos uma visita.

Ao chegar em sua residência e darmos início aos trabalhos, tive de responder a uma série de perguntas, antes iniciar a gravação, tais como, onde residia, profissão, orientação política, dentre outras, que é praxe para pessoas que passaram pela experiência da prisão durante períodos ditatoriais. Nosso encontro foi em grande parte acompanhado por sua esposa, que com alguma frequência, como no início, arriscava a falar algumas coisas, mas os dois eram categóricos em dizer que muitas coisas já não lembravam.

Sua prisão ocorreu no povoado Cachimbeiro, localizado atualmente na região de Campestre do Maranhão, enquanto ia para o trabalho. Ele inicia relatando o medo que ficou após a prisão. Messias Chaves trabalhava e residia no campo com sua esposa e outros familiares. Embora inicialmente negasse que tivesse uma filiação partidária formal, quando questionamos sobre sua participação nas reuniões do grupo, composto por membros da AP e do PRT que ali se organizavam, ele confirmou sua atuação e relações com os líderes locais, bem como suas convicções políticas contra o governo da Ditadura civil-militar.

Em nosso encontro, ele relatou como ficou após a sua prisão, afirmando que o medo, o pânico e a desconfiança passaram a fazer parte de sua rotina diária; e de quando o pavor se tornava mais intenso, ele perdia toda a vitalidade daquele dia, se tornou uma pessoa inválida, o que foi confirmado por sua esposa, que participava de nosso encontro, como podemos ver no relato a seguir:

Messias Chaves – Eu fiquei tão assombrado na época, eu fiquei assombrado que quando eu escutava zuada de carro eu caía na capoeira.

[Dona Dinalva, ao fundo diz] – Não era só tu, não, Messias, que foi para a capoeira, não, juntava aquele horror de menino e rapaz, tudinho [...]. Vão dizer para o Messias, vão dizer para o Messias se esconder. Na hora que escutava zuada de carro na rua, tinha uma tia que dizia: Diz para o Messias que está zuando um carro!

Messias Chaves – Aquele dia ali eu já não valia mais nada! Sai do cercado que ficava a casa, né? E caía no meio do mato, ia ficar escondido.

O trauma causado pela prisão e exposição à tortura trouxe ao nosso interlocutor uma condição de viver isoladamente uma experiência que lhe impossibilitou de compartilhar aquilo que viveu durante o encarceramento, isso gerou uma frustração imposta em sua memória. Segundo Maria Rita Kehl (2010, p. 126), psicanalista, e que esteve diretamente ligada nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade:

No Brasil, os opositores do regime militar que sobreviveram à tortura, embora circulem normalmente entre nós, vivem em um universo à parte não apenas em função da radicalidade da dor e da despersonalização que experimentaram, mas também porque as práticas infames dos torturadores nunca foram reconhecidas e reparadas publicamente. A sensação de irrealidade que acomete aqueles que passaram por formas extremas de sofrimento [...] fica então como que confirmada pela indiferença dos que se recusam a testemunhar o trauma. (Messias Chaves, 2022).

As dificuldades concernentes ao processo de testemunhar um trauma contribuem para os resultados das políticas de silêncio e esquecimento do sujeito que foi exposto a esse tratamento degradante, ofuscando condições históricas de ações truculentas e práticas de uma sociedade, que por meio da força e da opressão, por meio da tortura, procuraram desumanizar o indivíduo que estava sob seu poder.

Para Pollak (1989, p. 4) “o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”, o que foi bastante difícil após a sua saída da prisão, uma vez que ele se viu isolado em sua casa, e que parentes e amigos se afastaram de sua companhia. Ele transita entre momentos de lembranças, silêncios e esquecimento. Segundo Pollak (1989, p. 6), a utilização “de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos”.

Messias Chaves associa o fato da sua prisão a uma situação, ainda do final dos anos 1960, de quando foi auxiliado financeiramente por Dr. João Carlos Haas Sobrinho para custear, em Imperatriz, o tratamento de saúde no qual a sua esposa havia sido submetida, como eles mesmos nos informam: “na época, nós tínhamos... a Dinalva tinha estado em Imperatriz... Adoeceu, tinha estado em Imperatriz, e aconteceu o seguinte, ele mandou ela para Imperatriz, daqui do Porto Franco por conta dele”. Essa pessoa que os encaminhou, foi Dr. João Carlos Haas Sobrinho, “naquele tempo foi duzentos o tratamento, eu não sei o que era, se era naquele tempo do cruzeiro, eu não sei o que era naquele tempo, só sei que foi duzentos, era muito dinheiro... isso foi o que pegou mais, ele me emprestou o dinheiro sem juros, sem coisa nenhuma” (Messias Chaves, 2022).

Esse empréstimo a que Messias Chaves se refere para quitar o tratamento de saúde da Dona Dinalva foi um elemento que corroborou a hipótese de que ele era do mesmo grupo político opositor ao regime. Como camponês, ele matinha relações com o médico-guerrilheiro Dr. João Carlos e o líder camponês Epaminondas Gomes,⁶

⁶ João Carlos Haas Sobrinho, o “Dr. Juca”, foi um médico e guerrilheiro sul rio-grandense ligado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), nascido na cidade de São Leopoldo em 1941. Esteve em Porto Franco (MA) entre 1967 e 1968, quando partiu para a Guerrilha do Araguaia, onde veio a falecer no dia 30 de setembro de 1972, seu corpo permanece desaparecido. Epaminondas Gomes de Oliveira,

do qual afirma ser sobrinho. A lembrança desse empréstimo é muito importante na memória de Messias Chaves, e reforça a sua relação com o médico – visto que este tinha entre as suas atividades mais constantes a assistência à saúde na região camponesa, sendo bastante conhecido e tendo os seus serviços requisitados por toda a região –, bem como sua relação familiar com Epaminondas: “ele [Dr. João Carlos] era amigo nosso mesmo, ele e o finado Epaminondas... Epaminondas além de parente, era meu parente mesmo, era tio, era parente do meu pai”

Quando foi abordado pelos militares, Messias Chaves estava a caminho do trabalho. É importante lembrar que as forças militares que formaram a equipe de busca e aprisionamento atuaram no campo e na cidade, simultaneamente, em toda a região correspondente ao Bico do Papagaio. A expedição que o prendeu era formada, segundo o seu testemunho, por cinco agentes armados. Ele foi abordado quando estava a caminho do seu trabalho na roça. Como não estava entre os presos que foram capturados nas localidades urbanas de Porto Franco e Tocantinópolis, ele não foi conduzido no caminhão para Imperatriz. Quando chegou ao local do aprisionamento, os demais militantes já se encontravam lá. Por ter sido uma experiência imposta pelo medo e pelo sofrimento junto aos demais companheiros, acreditava que não iria sobreviver à prisão, que não voltaria vivo para casa, onde sua esposa estava grávida de gêmeos.

Comentando sobre as condições em que esteve na prisão com os demais companheiros, nos quais foram submetidos à tortura, ele diz que tem muito destacado na memória o dia em que os militares mandaram que se dividissem em dois grupos e formassem um corredor polonês, esse evento aconteceu logo após a chegada de Epaminondas ao alojamento em Imperatriz. Foram formadas duas filas, com 15 homens de cada lado. Epaminondas foi obrigado a passar pelo meio do corredor, levando tapas dos dois lados de sua face. Logo em seguida, Messias Chaves diz, foi quando teve início as torturas com choques elétricos, apenas Epaminondas foi submetido a esse tipo de tratamento mais agressivo.

É importante destacar que a chegada na esfera pública desses acontecimentos ganharam no Brasil, na última década, espaços relevantes para que fossem debatidos os traumas do período ditatorial no país. Podemos reconhecer que assim como foram em outros países da América Latina, como exemplo, o que ocorreu na Argentina, no Brasil, a Comissão Nacional de Verdade teve atuação primordial para que as vítimas da violência de Estado apresentassem os seus testemunhos. Embora não tivesse caráter punitivo, atuou como forma de repensar as memórias que são consideradas traumáticas. Sobre isso, Dominik Lacapra (2021, p. 29) nos informa que:

Os estudos de trauma surgiram como uma das áreas mais significativas e, ao mesmo

nascido em 16 de novembro de 1902 na cidade de Pastos Bons (MA), foi professor, camponês e líder político, sendo integrante do PRT. Morreu no Hospital de Guarnição do Exército em 20 de agosto de 1971, mediante torturas. Seus restos mortais foram encontrados e identificados em 2013, pela Comissão Nacional da Verdade, e restituídos à família em 2014, para o sepultamento.

tempo, mais controversas do pensamento psicanalítico, com implicações relevantes para a história e a teoria crítica. Essa área tem desempenhado um importante papel na análise dos testemunhos de sobreviventes – notadamente, dos sobreviventes do Holocausto, mas também das vítimas de outros genocídios e eventos extremos, como o estupro e a agressão, e de processos que se arrastam no decorrer do tempo, como a violência doméstica.

Mesmo diante da iminência do esquecimento, hoje já causado pelo enfraquecimento de sua memória, Messias Chaves procura destacar a importância de seu depoimento para a esfera pública. Ainda que sendo atormentado pelo medo da repetição, ele configura o seu testemunho de modo a repudiar a violência causada pelo Estado brasileiro e o silêncio daqueles que foram responsáveis pelo trauma que lhe foi causado. Nesse ponto, ao nosso ver, Messias Chaves responde à questão de Maria Rita Kehl (2010, p. 128) quando esta faz a seguinte provocação, “mas se as vítimas dos torturadores, apesar da resistência geral, não se recusaram a elaborar publicamente sua experiência, de que lado está o apagamento da memória que produz a repetição sintomática da violência institucional brasileira?”. Para a psicanalista, são os próprios remanescentes dos militares que contribuem fortemente para a produção do silenciamento, fugindo do debate na esfera pública, e se fazendo valer do “esquecimento constitucional”, resguardado pela Lei da Anistia, tendo esta lei funcionado mais como um meio de proteção aos crimes cometidos pelos agentes do Estado, sendo assim, uma autoanistia.⁷

Tateando as suas memórias mais profundas e com frequência se lamentando do fato de ter esquecido de muitas coisas que seriam importantes, ele nos afirma que já não lembra e que futuramente não irá mais lembrar de nada, no entanto, nos informa de quando entrou com o pedido indenizatório à Justiça pela sua prisão, ele e outros presos de outras cidades. Sobre o processo, ele nos diz:

[...] quando entramos na justiça todo mundo, muita gente recebeu, mas na época era pouquinho a coisa, o dinheiro era pouco, eu não recebi na época, teve uns que não recebeu, teve uns daqui, teve outros de Santa Terezinha [TO], teve outros... parece que é do Nazaré [TO], do São Geraldo [PA]. E esses vieram agora, começou, fizeram o processo, esse nós ganhamos na justiça [...] que ganhamos na justiça, mas ninguém nunca recebeu nada. (Messias Chaves, 2022).

Até a data em que o entrevistei, o seu processo indenizatório ainda não havia sido concluído. Ele apresentou interesse em mostrar o processo, mas este não se encontrava

⁷ A Lei da Anistia entrou em vigor em 28 de agosto de 1979. Até os dias atuais a sua implementação divide opiniões na sociedade civil, pois também é vista como um dispositivo que garantiu a impunidade para agentes do Estado que atuaram nos crimes de tortura e violação dos direitos humanos. Como corroboram os autores: Chacel (2012), Kehl (2010), Morais e Silva (2005), Napolitano (2014) e Nossa (2012).

em sua residência. É possível notar na forma de falar que, ao depor, o interlocutor deposite no pesquisador a confiança de que seja alguém que possa auxiliar a resolver esses problemas. Ele nos relata que contratou uma advogada para auxiliar nos trâmites do processo indenizatório, e que ganhou em todas as varas a indenização. O processo passou 90 à disposição, mas a advogada não deu continuidade, visto que os processos por reparações de violações dos direitos humanos ocorridos durante a Ditadura civil-militar foram suspensos pela então Ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), sendo este, um expoente radical do saudosismo da Ditadura.

Messias Chaves relata que no processo constam todas as informações necessárias para a indenização, mas não dispunha de nenhuma cópia em sua residência. Demonstrando certa angústia e falando cabisbaixo, ele se entristece ao saber que nos últimos anos, cresceu no Brasil uma tendência que reivindica a volta da Ditadura, e se direciona para mim perguntando:

Messias Chaves – Tu é a favor dela?

[Repondo] – Não!

Messias Chaves – Não é não, né? Eu digo, só é a favor da ditadura quem não conheceu a ditadura, quem conheceu e passou por ela não pede ela de volta. Muitas coisas eu não me lembro mais, siô.

Então, procuro saber por quanto tempo ele ficou detido na base que se localizava em Imperatriz. Ele me diz que passou por volta de cinco dias encarcerado. Dona Dinalva, de dentro de casa afirma que foi entre seis ou sete dias; Messias: “a gente fica assombrado, porque não tem quem aguento uma coisa dessas, aí não liguei mais para nada meu na época, aí foi indo de água à baixo, de água à baixo, se acabando tudo, o sujeito fica destreinado, não é?”. No texto *Luto e melancolia* ([1915]1990, p. 250), Sigmund Freud nos dá características que são similares: “Os traços mentais distintivos da melancolia são um desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade”.

No relato traumático após a prisão, observa-se como a condição de se reorganizar posteriormente ficou comprometida, o desaparecimento com os bens, a desconfiança das pessoas que o cercavam, tudo isso marca a memória do sujeito, que já não se motivava pelas relações fora de casa, só mesmo pelos parentes mais próximos, a casa que vivia cheia de amigos, agora estava vazia, como ele mesmo diz, “não confiava em ninguém que chegasse lá em casa, eu não confiava, só se fosse parente, mas se não fosse, eu procurava um jeito de cair fora, de me esconder”.

Ao ser capturado, o intento da equipe militar era levantar informações sobre o restante do grupo, por meio do recurso da delação, ele afirma que:

Quando eles disseram que, ou entregava aqueles homens ou morria no lugar deles, qual o que eu preferia, era entregar eles ou era morrer, eu falei, digo: – rapaz, eu não sei onde eles estão, vocês vão me matar, vocês podem me matar, eu não sei onde esses homens estão. Daí perguntou de onde era a minha amizade minha com eles, o que era o assunto deles comigo, porque ele tinha me emprestado tanto dinheiro. Tudo isso eles dizia, mas o dinheiro ele emprestou por causa do hospital, do serviço que nós iria pagar [latidos do cachorro]. (Messias Chaves, 2022).

O depoimento de Messias Chaves reforça a ideia de que a Operação Mesopotâmia já era um princípio de sufocamento de grupos políticos que se organizavam na região desde a abertura da Rodovia Belém-Brasília e que culminou com a Guerrilha do Araguaia, (Carvalho, 2004, p. 59-62; Moraes, 2008, p. 81) demonstrando que esta área já era há muito monitorada, em razão de que para a região migraram muitas organizações. A prisão de Chaves aconteceu em 1971, e o médico João Carlos já não estava ali desde 1969, quando descobriu seu nome na lista de procurados pelo Exército. Fato interessante é que Messias Chaves não está fichado no relatório final da Operação Mesopotâmia, onde constam os nomes dos líderes do movimento.

[Pergunto] – O Sr. fazia parte de algum grupo naquela época, de alguma organização política?

Messias Chaves – Rapaz, nós fazia parti assim, por que a gente tinha vontade de apresentar assim, outro candidato em Porto Franco, eu morava no sertão, fazia campanha no sertão, apresentar outros candidatos, apresentar uma turma que fosse a favor da população pobre, né?

Pelo que pude levantar na pesquisa, Messias Chaves não possuía durante a prisão, nenhuma filiação partidária, mas sim ideológica, isto é, era consciente de que a atividade política seria capaz de transformar a realidade social e, como camponês, era um fiel defensor de reforma agrária, como bem pregava o líder local, Epaminondas Gomes. Como ele mesmo afirma sobre o processo eleitoral, o grupo localizado na região não era ligado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), portanto não era partidário da via armada.

Retornando ao contexto do momento da prisão, que ele nos fala por partes, alternando entre um fato e outro, ele aponta para o braço e me mostra os vestígios de uma cicatriz onde lhe foi desferido um golpe com a arma de um dos militares:

[...] bem aqui assim, ó! hoje é porque não tem mais, aqui foi aqueles negocinho de... daquelas pontarias, de coisa de metralhadora... eles empurraram assim, era para pegar em minhas costelas, pegou no braço, rasgou aqui. O sangue lavou, para eles não era nada ...

Passei o dia todinho aqui sangrando, nesse dia... rapaz! Ave Maria, siô! O que eu te digo é que o povo apanhou demais. Os que estavam lá não teve um que não apanhasse. (Messias Chaves, 2022).

Insisto em saber sobre as reuniões, de como eram realizadas e em quais localidades aconteciam. Ele nos conta que não eram só na Raposa que se realizavam as reuniões, também na cidade, na estrada que dava acesso a Carolina e no povoado Cachimbeiro. Eram locais onde o grupo se reunia para articular suas estratégias de resistência contra a ditadura.

Segundo ele, existia uma forma de contato, que muitas das vezes era realizada na madrugada, por volta da 1h da manhã. Ocorria de um militante, para se comunicar com o outros, soltava um foguete, no que imediatamente o outro companheiro respondia, essa linguagem era uma forma de mostrar que os membros do grupo local estavam atentos e muito bem organizados. Zé da Marcelina era o responsável por armazenar e distribuir os fogos de artifício.

Para auxiliá-lo no processo de rememoração, retorno ao período que a expedição militar chegou em Porto Franco, e informo que Epaminondas Gomes não se encontrava em casa quando a equipe militar chegou para realizar a sua prisão. Os militares causaram desordem na residência, chegando a empurrar Dona Avelina, sua esposa já idosa, levaram consigo o álbum de fotografias da família juntamente com Epaminondas Filho preso, que se viu obrigado a ir até o garimpo em Ipixuna (PA), em que o seu pai estava trabalhando.

Messias Chaves nos disse que foi preso por volta do dia 10 de agosto, e destaca a razão da demora para que fossem liberados: “demorou porque nós só fomos liberados depois do Epaminondas... depois que pegaram o Epaminondas é que nós fomos liberados. Bem aí eu me lembro, só fomos liberados depois que pegaram o Epaminondas”. Ele não possuía filiação partidária com partidos institucionais, mas ele destaca que possuía uma grande admiração por Luís Carlos Prestes que, pelo que é possível observar, era o grande exemplo de militância e moralidade política para aquele grupo.

Cito organizações como a AP e o PRT, ao que ele me pergunta se este segundo era o de Prestes, digo que o dele era o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que naquele contexto se encontrava na clandestinidade e que, no ano da Operação Mesopotâmia, ele se encontrava exilado na União Soviética. Sobre o PCB, ele diz, “pois era esse aí, eu não sei se eu cheguei a me filiar, nós éramos tudo de uma cambada só. Nós tudinho defendia. Agora eu defendia quase como um menino, porque eu era novo...”.

Quando ocorreu a sua prisão, ele era um dos mais jovens do grupo, tinha 30 anos na época, enquanto Epaminondas Gomes já estava com 78 anos. Ele nos diz que seu pai também era simpatizante das ideias comunistas, tendo sido este o seu primeiro contato com a militância política: “é porque era assim, meu pai, meu pai era do mesmo

rojão, era primo do Epaminondas [...]. Lá em casa mesmo era lugar do Epaminondas fazer reunião, na casa do meu pai, mas meus irmãos ninguém quis entrar, tratar do assunto, só eu quis" (Messias Chaves, 2022).

Por estarem ligados aos assuntos relacionados ao campo, os membros do grupo de Porto Franco foram os responsáveis pela instalação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto Franco (STTR). Eles vieram no sindicato uma instituição de classe importante na luta pelos direitos do trabalhador camponês. Quando ocorreu nos anos de 1970 sua fundação, Messias Chaves chegou a ocupar o cargo de secretário.

Retornando à prisão, Messias Chaves nos informa que antes de ser enviado para Imperatriz, para onde estavam os outros militantes, ele ficou das

[...] 9h até as 4h30 da tarde, me deixaram algemado [...] eu pensei que ia morrer de sede e fome, porque comer que é bom nada e beber também nada. Rapaz, uma judieira daquela eu vou te dizer. Eu achava até que eles... que eles não eram gente [...] foi um bocado muito ruim que eu sofri na minha vida. Aí na época a Dinalva estava gestante, aí os meninos nasceram mortos, uma menina e um menino, já no oitavo mês, perdemos dois filhos, só tenho o Ribão, mas nós cria um adotivo. E aí ficou só o Ribão mesmo. (Messias Chaves, 2022).

Como dito no seu testemunho, após a prisão de Messias Chaves, sua esposa que se encontrava gestante na época, com o choque dessa violência, perdeu o casal de gêmeos que esperava. Depois desse evento, ela ficou impossibilitada de engravidar.

Sua relação com Epaminondas Gomes era bastante fraternal, como ele mesmo diz e enfatiza que de fato eram parentes, por parte paterna. Quando Epaminondas precisava ir à região de Cachimbeiro, era em sua casa que ele se hospedava. E quando Messias viajava a Porto Franco, ficava em sua casa. Eram grandes amigos, como ele diz. Messias Chaves destaca o trabalho de Epaminondas pelo seu zelo para com a educação; falando saudoso, ele afirma: "Epaminondas, nós gostava demais dele, um homem daquele eu vou te dizer, foi que primeiro conseguiu borracha, lápis e caderno para os alunos do Porto Franco, o primeiro foi ele, naquele tempo, era como o Luís Carlos Prestes, conseguia as coisas".

Assim como muitos camponeses que faziam parte do movimento de resistência popular na região, não havia uma formação teórica com base no marxismo na qual eles se sustentassem, as suas lutas eram de engajamento popular, desvinculadas de articulações forjadas pelo comunismo revolucionário. O próprio Messias Chaves, em tom de desconhecimento, afirma que nem ele nem os demais militantes da região sabiam o que era comunismo, "mas eu não sabia, rapaz! O que diabo era comunista, não sabia nem ninguém sabia, não". Pelo seu passado, pela política institucional, Epaminondas era o que mais se aproximava de ter um conhecimento teórico e metodológico sobre o tema, uma vez que chegou a ser prefeito de Pastos Bons, na década de 1930, como nos informou Epaminondas Neto.

Mas o medo permanece durante a nossa entrevista. Messias Chaves aparenta, com muita frequência, o medo da repetição da Ditadura, da perseguição e do retorno da prisão. Embora o regime tenha cessado em 1985, na memória dos que passaram pelo suplício, esse é um contexto que ainda se apresenta bastante presente. Falar sobre o trauma, evidencia retornar à experiência que causa o sofrimento, que não foi esquecido pelo indivíduo. “Se tiver alguma coisa aí que me prejudique, ou se eu tiver falado demais, tu tira, viu?”. Foi uma colocação que ele apresentou algumas vezes durante a entrevista. O medo não acabou, ele permanece. A esperança pela reparação econômica também é algo que ele passou a alimentar, após a tentativa de superação do medo que lhe impedia de falar sobre o tema:

Aí eu entrei na justiça naquele tempo do Lula, aí o Lula me respondeu a carta, que eu tivesse paciência porque era muita gente, tem é milhão de pessoas, até pouco tempo eu tinha a carta aí, não sei se ainda acho ainda. Aí quando foi da saída do Lula, da entrada da Dilma foi aprovado o meu, era para eu estar recebendo. Isso foi tudo dentro da justiça, mas foi o tempo que entrou o Bolsonaro, saiu a Dilma, se tivesse a Dilma eu tinha recebido logo. Eles ainda mandaram para eu abrir conta salário no banco, eu abri. Mas já no primeiro mês de mandato do Bolsonaro, aí eu abri, mas também assim, aquietou.

O receio do retorno de uma nova onda ditatorial no Brasil não se afasta da memória dos que foram presos, torturados, mortos ou das famílias que tenham sofrido com o desaparecimento de um de seus parentes. Com a ascensão de uma extrema direita à presidência da República nas eleições de 2018, esse medo se tornou ainda mais presente. Messias Chaves descreve seu dissabor quanto a isso:

Imagina quando eu vejo assim, que eu vejo, o Bolsonaro aquele dia, aqueles filhos dele pedindo a Ditadura, ele queria por que queria, não era, aquilo a gente fica assobrandim com um negócio daquele, que o tanto de homem, ali onde eu morava no Cachimbeiro, talvez tivesse na época, umas 40 e poucas famílias, não é... Não teve um homem que não corresse que não largasse a casa, todos eles correu. Eu peço a meu Deus que nunca mais aconteça em nosso Brasil... eu tenho medo. Ainda hoje eu falo assim, mas eu falo é com medo, rapaz. (Messias Chaves, 2022).

Para Kehl (2010, p. 130), “um corpo torturado é um corpo roubado ao seu próprio controle”, por saber que os medos ainda andam presentes e sua ação é involuntária entre as pessoas que sofreram a violência de Estado. Essa foi uma das questões que levantei quando procurei entrar em contato, comentando com minha intermediária e neta de Messias Chaves, Beatriz, que talvez pelo receio e pela desconfiança, uma entrevista com seu avô não seria possível.

Pois é, ela me disse que você foi professor dela, digo. Mas ele mora aqui em Porto

Franco? Mas a gente fica assim meio cismado, com medo, viu. Pois eu te conto que não teve nada fácil, foi tudo foi difícil viu, difícil e perigoso, viu.

Você ver os amigos da época, todo mundo sofrendo, todo mundo se lastimando enterrado até aqui [apontando para a altura do peito] num buraco aí no chão. Ali no Cacau, em Imperatriz [...] enterrado, socado, se mexia, não, eles vinham com um jacá de pão... pão massa-grossa, chegava e jogava no meio, você só baixava a cabeça, igual porco comendo, morto de fome, não é... e dessa turma que sofreu ai, ninguém devia nada, só o Epaminondas que chegou e se responsabilizado por tudo viu, que podia liberar aquele povo que eles não tinham nada, não deviam nada, a responsabilidade toda era em cima dele. Não era um homem inteirado, o Epaminondas? Que se responsabilizou por todos? (Messias Chaves, 2022).

Quando Epaminondas chegou a Imperatriz, onde novamente foi submetido a sessões de tortura diante de seus companheiros, em seguida, começaram a ser liberados os demais membros do grupo. Segundo Luiz Maklouf Carvalho (2004, p. 60), que escreveu sobre as memórias do Major Lício Augusto Maciel, que esteve na equipe de apoio em Tocantinópolis durante a Operação Mesopotâmia e que também fez partes dos combates no Araguaia, “era tudo arraia miúda”. Gradativamente os militantes foram sendo liberados aleatoriamente na Rodovia Belém-Brasília. Messias Chaves diz que quando foi a vez dele, “disseram assim, ‘até outra volta’, rapaz, isso caiu no meu sentido que quase não larga nunca, eu dormia e sonhava com esse negócio, do ‘até outra volta’, como quem iam voltar de novo, não é... Mas tu não é nada de polícia não, né?”.

Já conduzindo a entrevista para o encerramento, procuro saber como foi receber a notificação da morte do amigo e parente Epaminondas, ao que ele diz que foi de uma comoção enorme, pois já tinha conhecimento de que se ele fosse capturado, ele não iria sobreviver: “dois que eu achei que não escapavam, o Epaminondas e o Zé da Macelina. O Zé da Macelina, eles não mataram, morreu aí na casa dele”. Exatamente os dois maiores articuladores na cidade, e que haviam sido transportados para a prisão em Brasília.

Messias Chaves retorna a Dr. João Carlos e me diz: “Dizem que quem matou o Doutor João é filho de Paraíso. Tu sabe dessa?”. Eu respondo que não, não foi possível localizar nos documentos ou em outras entrevistas que realizamos, o nome do militar que executou o médico-guerrilheiro gaúcho. Mas ele enfatiza que quando ele foi eliminado, ocorreu uma grande festa em São João do Paraíso, cidade em que ele prestou muitos serviços, e que era formada por uma camada considerável de latifundiários.

Retornado a Epaminondas, pergunto se porventura o mesmo era desafeto político de alguma autoridade local. Ele nos confirma que grande parte dos políticos da cidade não era afeitos à sua pessoa, com exceção de Anísio Bandeira de Miranda, pecuarista, comerciante e ex-prefeito da cidade, que era seu amigo. No entanto, ele lembra que para a família Santos, formada por latifundiários e lideranças políticas locais, Epaminondas

Gomes era visto como um agitador e articulador de subversão.

Tem o caso de uma pessoa que foi assassinada em 1982, em Campestre. Já próximo ao final da Ditadura, procuro explorar um pouco sobre o tema como uma forma de conclusão de nosso encontro. Ao ser indagado sobre o assunto em questão, ele me diz prontamente que:

[...] o finado Pedro Araújo era meu primo. Na época da Ditadura, ele foi espancado demais. Pegaram ele um dia às 10h na casa dele e eu estava no carro junto com a Polícia, e eu tenho culpa, fui eu quem fui levar eles lá na casa dele. O sujeito ia obrigado, não ia? A gente ia obrigado, não ia? Eu levei eles lá na casa dele. Ele morreu, foi em [19]82, foi? (Messias Chaves, 2022).

Messias Chaves destaca a sua presença na guarnição policial que executou Pedro Araújo, no entanto, ele apresenta essa informação apenas por ser indagado, relutando em retornar a essa memória “proibida” e, portanto, “clandestina” (Pollak, 1989, p. 5). Seja por estarmos em um período democrático onde as informações podem ocupar o espaço público como maior clareza, ou por se sentir mais confiante conosco, ao final da nossa conversa, nosso interlocutor “rompe o tabu” a respeito dessa memória traumática.

Messias Chaves, que fora preso em 1971 e liberto no mesmo ano, foi novamente detido em 1982, como destaca em seu depoimento, sendo uma testemunha da morte de seu primo – “o sujeito ia obrigado, não ia? A gente ia obrigado, não ia? Eu levei eles lá na da casa dele”. Esse testemunho apresenta a estadia de Messias Chaves com agentes da repressão, em dois contextos distintos, o auge da perseguição a opositores políticos e o período da abertura do regime ditatorial. É notório o sentimento de responsabilidade nessa situação em suas falas, “eu tenho culpa”, ao mesmo tempo que busca o assentimento do pesquisador de que ela deveria ser minimizada diante da imposição policial.

Michael Pollak (1989, p. 5-6) destaca que esse “longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é uma resistência”. O autor relaciona esse silêncio aos sobreviventes dos campos de concentração que, ao sobreviverem ao Holocausto na Segunda Guerra Mundial, retornaram aos seus países de origem: “[...] essa atitude é reforçada pelo sentimento de culpa, que as próprias vítimas podem ter, oculto no fundo de si mesmas. É sabida que a administração nazista conseguiu impor à comunidade judia uma parte importante de gestão administrativa de sua política anti-semita”. Temos, nessa conjuntura elementos semelhantes de pessoas que sobreviveram à exposição de condições desumanas, e foram conduzidas ao silêncio provocado pelos seus traumas de memória.

O açougueiro Pedro Araújo foi preso e torturado durante a execução da Operação Mesopotâmia, no entanto, a sua morte só ocorreu 11 anos após a realização da mesma, em 1982. A família desconhece as razões que o levaram a ser assassinado, o que se tem

conhecimento é que homens fardados com trajes militares foram até a sua residência no município de Campestre, localizado a aproximadamente 22 Km de Porto Franco, e que ele foi alvo de chutes e coronhadas de rifle.

O fato da morte de Pedro Araújo ter ocorrido tanto tempo após a prisão dos membros do grupo que se organizavam na região é uma justificativa para se crer que essa área continuou sendo monitorada mesmo após a Operação. "Ele morreu pela polícia também, foi a polícia que matou. Só que não foi a Polícia da Ditadura, não, que matou, foi a Polícia Militar. Mataram ele junto do açougue dele". Como vimos, Messias Chaves nos disse que havia sido levado contra a sua vontade no carro com os policiais que mataram o açougueiro, isto é, ele foi detido pela repressão mais de uma vez, a segunda, mesmo durante o período conhecido como de "abertura democrática".

No começo de nossa conversa, antes de dar início à gravação, era notório um certo desconforto em passar as informações, mas posteriormente Messias Chaves foi ficando mais à vontade e a entrevista transcorreu muito bem. E já caminhando para o encerramento, ele reitera que, depois da CNV, é a primeira vez que dá uma entrevista, mesmo tendo sido procurado em outras ocasiões, antes afirmava desconhecer o assunto ou quaisquer pessoas que pudesse comentar sobre. Ele concluiu sua participação dizendo que ao saber do meu interesse em conversar, falou à neta, Beatriz, "não é gente não do negócio da Ditadura, não, minha filha de Deus...?". O medo, o trauma e a culpa são elementos que ainda estão presentes.

Em face da lembrança traumática, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar a vítima. E algumas vítimas que compartilham essa mesma lembrança "comprometedora", prefere, elas também guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar uma consciência tranquila e uma propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (Pollak, 1989, p. 6).

"Se tiver alguma coisa aí que me prejudique, tu tira, viu?". Esse receio em ser envolvido em algo que possa lhe trazer algum dano esteve sempre presente ao longo do testemunho de Messias Chaves; dúvida, que por anos, talvez o tenha feito questionar: não seria, portanto, melhor submeter-se ao silêncio?

Considerações finais

Quanto ao silenciamento e esquecimento, que são temas que norteiam a pergunta de investigação deste artigo, eles denotam posicionamentos comuns de vítimas e familiares de pessoas presas ou mortas pela Ditadura civil-militar. Assim,

eles apresentam uma dificuldade de falar provocada pelo trauma da morte e do luto, mas também, como no caso de Messias Chaves, o silêncio é provocado pelo medo do retorno da repressão, por certo sentimento de culpa ou receio de ser mal interpretado em suas decisões e ações naquele contexto que elas poderiam significar a tortura ou morte, a sua mesma, de um amigo, ou de um companheiro de lutas. Percebemos que essas barreiras foram gradativamente rompidas durante os anos dos governos Lula-Dilma (2003-2016), quando o Estado estabeleceu grupos de estudos nos direitos humanos e na reparação política para vítimas da Ditadura.

No entanto, ainda atualmente e, especialmente, em razão do governo federal anterior (2019-2022), que se apresentava como saudosista e defensor da Ditadura civil-militar, podemos concluir que o medo não acabou, ele está presente na memória dos que sofreram o flagelo da violência e da arbitrariedade causada pela repressão e violações do Estado de Direito. Medo visível ao longo de todo o nosso encontro com Messias Chaves, medo que reforçou um esquecimento dessa Operação na memória coletiva local e que, na verdade, foi fruto de um esforço dos repressores para coagir ao silêncio as vítimas e familiares diante da prisão, tortura e morte.

Diante disso, e após todos os trabalhos dos familiares junto aos órgãos estatais para que os militantes opositores da Ditadura civil-militar conseguissem reparações econômicas pelos danos que sofreram em razão de suas prisões, torturas e perseguições, e perante os depoimentos que levantamos durante a pesquisa, não encontramos informações sobre presos da Operação Mesopotâmia que tenham sido assistidos pelo processo de recuperação indenizatória, exceto no caso de Epaminondas Gomes de Oliveira, morto após detido pela Operação.

No caso de Messias Chaves, como vimos, ele nos diz que seu processo está paralisado, não sendo ainda beneficiado com a indenização. Já a família de Epaminondas Gomes de Oliveira recebeu a indenização pela morte de seu familiar. Dona Avelina Rocha dividiu o dinheiro entre os seus filhos e netos, conforme nos informou Epaminondas Neto. Este ainda nos informou que após a retificação do atestado de óbito de seu avô, comprovando a morte mediante tortura, poderiam entrar com outro processo indenizatório, mas a família não tem esse interesse.

Nos últimos anos, após a ebulição de uma extrema direita que chegou ao poder com as eleições presidenciais de 2018, os processos que estavam em andamento foram suspensos pelo governo eleito, visto que este é um dos nomes atuantes na luta contra os direitos sociais daqueles que lutaram contra a repressão, sendo também saudosista do autoritarismo militarista daquela época. Por fim, é necessário que o autoritarismo não se sobreponha as instituições democráticas, que o medo não se debruce sobre a liberdade e que a memória dos que lutaram contra a violência de Estado não venha a cair no esquecimento.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- CHACEL, Cristina. "*Seu amigo esteve aqui*": a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2012.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.). *A História do movimento psicanalítico: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. v. XIV (1914-1916). Rio de Janeiro: Imago Editora. 1990. p. 245-263.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 5. ed. Petrópolis : Vozes, 1997.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. 2000.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo : Boitempo, 2010. (Estado de Sítio). p. 123-132.
- LACAPRA, Dominick. Traumatopismos: do trauma ao sublime pela via do testemunho? In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima (Org.). *História e trauma: linguagens e usos do passado*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. p. 29-70.
- LERNER, Daniel Josef. *Epaminondas Gomes de Oliveira, desaparecido político brasileiro: estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Direito) – UnB, Brasília, DF, 2018.
- MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.
- MORAIS, Taís. *Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NOSSA, Leonencio. *Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PEREIRA, Waldemar Gomes. *Meu pé de Tarumã Florido: um retrato de Porto Franco*. Imperatriz: Ética, 1997.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. *WebMosaica*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 9-49, jan./jun. 2010.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. *In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 103-130.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao «dizível». *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 272-286, mar. 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. *In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 11-29.

Fontes orais

CHAVES, Messias [82 anos]. [maio 2022]. Entrevistador: Wellisson Rafael Barros Silva. Porto Franco, MA, 11 maio 2022.

Recebido em 30/01/2024

Versão final reapresentada em 06/04/2024

Aprovado em 13/04/2024